

INTERROGAÇÕES EM FORMA DE RESPOSTAS

OBSERVAÇÕES SOBRE A CONFERÊNCIA E AS CONCLUSÕES DE SANTO DOMINGO

Alberto Antoniazzi

Os leitores de *Perspectiva Teológica* puderam acompanhar a preparação da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, finalmente realizada em Santo Domingo de 12 a 28 de outubro de 1992, desde o Editorial do nº 58 (setembro/dezembro de 1990) desta Revista. Certamente, conhecerão, nesta altura, várias informações sobre os trabalhos da Conferência e terão lido seu Documento final, publicado no Brasil simultaneamente por três editoras católicas, em meados de dezembro.

Por isso, mais do que uma simples crônica, é oportuno tentar aqui uma primeira avaliação ou, mais exatamente, o discernimento de alguns elementos que, com muitos outros, possam contribuir a uma avaliação aprofundada de Santo Domingo.

Minhas observações são as de um observador externo, convidado pela Presidência da CNBB, mas sem contato direto com a Assembléia. Minhas informações procedem de bispos e assessores, do acompanhamento, dia a dia, dos textos produzidos, da troca de idéias com colegas. Pretendo deixar claro o que é informação certa e o que é avaliação pessoal de minha parte, à luz de meus pressupostos teológicos, discutíveis.

Procurei distinguir os trabalhos da Conferência, os documentos que aprovou e algumas reflexões finais.

1. Os trabalhos da IV Conferência

Muitas vezes me perguntei se alguém, que não estivesse presente em Santo Domingo, acreditaria no extraordinariamente confuso método de trabalho que

de fato foi adotado em Santo Domingo. Faz parte da confusão a dificuldade de indicar responsabilidades. Mas isto interessa pouco. Aqui basta recordar alguns fatos, que ajudam a entender como nasceram os Documentos finais.

Antes de tudo, a Conferência não assumiu como instrumento de trabalho o Documento preparado para isto pelo CELAM. É verdade que o próprio CELAM não tinha mostrado muita continuidade em seus trabalhos anteriores, que não foram poucos: uma primeira versão do que deveria ser o documento de consulta morreu antes de vir à luz, rechaçada pelos Presidentes das Conferências Episcopais; os "Elementos para uma reflexão pastoral" (1990) não tiveram continuidade no "Documento de Consulta" (1991), que foi abandonado pelos redatores do "Documento de Trabalho" (1992). Mas um erro não justifica outro e, ao menos no campo científico, essa descontinuidade não contaria pontos a favor da seriedade da discussão.

Foi abandonado também o método "Ver-Julgar-Agir", o que colheu de surpresa muitos delegados, tanto mais que o abandono foi decidido de forma pouco clara, depois de os trabalhos terem iniciado. Uma metodologia nova, não claramente formulada, ajudaria a elaboração de um documento tão amplo quanto aquele que a Conferência pretendia?

Outra fonte de confusão — também não totalmente explícita, mas afinal denunciada como tal por vários Bispos no plenário — foi o conflito sobre os objetivos da Conferência. Foi formulado, na sua forma mais simples, como um conflito entre uma "assembléia de Bispos" e uma "assembléia para Bispos". Em outros termos: os Delegados do Episcopado da América Latina e do Caribe estavam reunidos para elaborar suas diretrizes pastorais ou, principalmente, para ouvir exposições magisteriais e assimilá-las? Que o Papa apresentasse seu pensamento e suas expectativas, em linhas gerais, sobre os temas da Conferência, ninguém poderia deixar de desejar. Menos compreensível foi a introdução — no escasso tempo de trabalho da Conferência — de quatro exposições sobre a cristologia e os três temas principais da reunião. Em vão foi pedido que fossem suprimidas. O que a assembléia conseguiu foi mais tempo para o trabalho de grupo ou "comissões".

As "comissões", que trabalharam do dia 15 ao dia 21, eram trinta. O que significa que os 200 e poucos cardeais e bispos, com mais uma centena de observadores, representantes de presbíteros, religiosos e leigos, peritos, etc., foram divididos em grupos bastante desiguais, para estudar trinta temas diferentes. Muita matéria para poucos dias. Houve o esforço de confrontar os resultados das diversas comissões nas reuniões ditas de "reja" (grade, cruzamento). Mas o trabalho iniciou sem um esquema claro, que articulasse os trinta temas, e acabou gerando logo a impressão de que o resultado seria demasiadamente extenso e repetitivo. Tomou-se a decisão de adotar um esquema e de confiar à Comissão de Redação uma drástica redução dos textos. No fim, algumas Comissões ficaram com a impressão de ter sido quase esquecidas ou muito mutiladas; somente no capítulo sobre Promoção Humana, a Comissão de Redação acolheu as emen-

das propostas por vários Delegados, reintegrando parte dos textos sacrificados em nome da brevidade.

O próprio Regulamento dava mais autoridade à Comissão de Redação que à Assembléia. O sistema de votação foi confuso. Um primeiro "voto indicativo" foi tido depois como definitivo. Houve votação tranqüila da primeira parte do Documento final ("Jesus Cristo, evangelho do Pai"), o que resultou na rejeição da seção histórica. As outras votações foram atropeladas, especialmente a dos destaques finais.

A Assembléia reagiu várias vezes, tentando reivindicar uma diferente dinâmica dos trabalhos. Obteve sucessos efêmeros e fragmentários, como na rejeição do texto sobre a história dos 500 anos e das quatro "mensagens" (afinal substituídas por uma só, dirigida ao povo de Deus) ou na exigência de um plenário na tarde do dia 26, antes da votação final, e ainda na discussão cuidadosa das "Linhas pastorais prioritárias".

Se a Assembléia dos Delegados teve pouco peso na condução dos trabalhos, quem afinal decidiu o quê? Parece difícil determiná-lo claramente. A Assembléia foi determinada por uma soma de fatores, entre os quais se destaca certa falta de unidade exatamente no nível da coordenação dos trabalhos. Provavelmente havia demasiadas autoridades interferindo. Havia uma Presidência (com três Presidentes, de estilo diferente). Havia uma Comissão de Coordenação, que aos poucos cedeu lugar à Comissão de Redação, que teve um peso maior na dinâmica na medida em que o Documento tomava corpo. Havia um coordenador da dinâmica, bastante perdido, em face das mudanças de última hora no esquema previsto e das exigências da Assembléia. Havia dois secretários — o secretário do CELAM e o secretário da Conferência indicado pela Santa Sé, D. Medina —, e a duplicidade do cargo pareceu a muitos o sinal evidente de um conflito entre CELAM e CAL (Pontifícia Comissão para a América Latina), ambos reivindicando a responsabilidade da boa ordem da Conferência.

O bom andamento dos trabalhos não foi facilitado pela amplitude da temática e pelo número dos participantes. A estes faltou, em muitos casos, a experiência de participação em assembleias tão grandes, que exigem regras adequadas e estritas para funcionar devidamente, principalmente se quiserem aprovar em quinze dias um documento que aborda trinta temas. Esta experiência não faltava aos bispos brasileiros, acostumados a lidar anualmente com uma assembleia geral que reúne de 250 a 300 bispos e mais alguns assessores. Mas o ritmo de trabalho imposto, a rigidez de alguns dirigentes, os defeitos do regulamento não permitiram que esta experiência fosse aproveitada.

Finalmente, cabe perguntar também se uma assembleia deste tipo pode dispensar uma assessoria adequada. Houve, é verdade, a presença de vinte peritos. Mas muitos foram pouco valorizados e outros, que influíram diretamente na redação, não foram indicados pelas Conferências Episcopais, mas representavam determinados movimentos internacionais (Schönstatt, Comunhão e Libertação, Opus Dei, Focolari...).

2. Os documentos finais

Dentro das condições ou limitações mencionadas, a Conferência produziu dois documentos de peso diferente: a Mensagem aos Povos da América Latina e Caribe, imediatamente divulgada, e as Conclusões ou documento final.

A Mensagem ocupa, na edição brasileira que temos em mãos, dez páginas. Depois de apresentar os motivos da Conferência e a sua conjuntura — “A América Latina e Caribe entre o temor e a esperança” —, a Mensagem apresenta sinteticamente os temas da Conferência, recorrendo à comparação com o episódio de Emaús (Lc 24,13-17). A nova evangelização, a promoção humana, a cultura e o novo ardor missionário são apresentados a partir do Jesus que vai ao encontro dos discípulos angustiados, compartilha o caminho deles, ilumina com as Escrituras o sentido dos acontecimentos, dá-se a conhecer no partir do pão, remete os discípulos para a missão de anunciar o Ressuscitado.

O episódio de Emaús tinha sido sugerido como imagem-chave da I parte (cristologia) do documento final. A proposta foi apresentada no plenário por Dom Alberto Luna Tobar, arcebispo de Cuenca (Equador), mas correspondia ao desejo de outros bispos, que queriam um texto mais bíblico e mais comunicativo do que aquele que, afinal, foi conservado.

O documento final (ou documento de Santo Domingo = DSD) resultou breve, embora não brevíssimo. Em lugar das 350 páginas e 1.308 parágrafos de Puebla, o DSD abrange 110 páginas e 303 parágrafos.

Está dividido em três partes. A primeira, “Jesus Cristo, evangelho do Pai”, constitui (conforme o esquema aprovado previamente pela Assembléia) 10% do texto do DSD. Depois de uma breve introdução, apresenta uma longa profissão de fé em Jesus Cristo, retomando o lema da Conferência: “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8), não porém a teologia da carta aos Hebreus. A cristologia desta primeira parte do DSD é influenciada pelas epístolas deuteropaulinas (Cl e Ef) e dá pouco espaço a Jesus histórico. Não se articula com a cristologia predominante na reflexão teológica latino-americana recente, mas com uma tradição dogmática que já teve seus tempos gloriosos. Ela corresponde, de fato, a uma fase do Novo Testamento, que — esquematicamente — pode ser descrita como a passagem de Jesus, que pregava o Reino, para a Igreja, que prega o Cristo glorioso. A opção é possível e legítima, mas não deixa de apresentar certa contradição com o que o DSD (e o próprio discurso inaugural do Papa) afirma com insistência: a urgência do “anúncio”, que deve caracterizar a nova evangelização. Ora, a teologia do “anúncio” está nos textos mais antigos do Novo Testamento, produzidos por Paulo e pela primeira geração de missionários; não está na teologia das cartas aos Colossenses e aos Efésios, muito mais eclesiocêntrica e menos voltada para o anúncio missionário.

Depois da profissão de fé em Cristo, a parte I do DSD faz uma breve — e discutida — alusão aos 500 anos de evangelização do Caribe e da América Latina. Pelo menos, apesar da recusa por parte da Presidência de um pedido de

perdão a indígenas e negros (conforme proposta de 33 bispos brasileiros) por parte da Assembléia, o texto reconhece no "desumano tráfico escravista... uma ofensa escandalosa para a história da humanidade" (nº 20) e quer "pedir a Deus, com João Paulo II, por este 'holocausto desconhecido'".

A segunda parte ocupa 85% do DSD e está dividida em três capítulos: Nova Evangelização; Promoção Humana; Cultura Cristã.

Quanto à "Nova Evangelização", trata-se certamente do capítulo teológico e pastoralmente mais fraco. A promessa de traçar as linhas de uma evangelização "nova no ardor, no método, nas expressões" é mantida apenas em parte. A preocupação com o "espírito" da evangelização (apesar do quase esquecimento do Espírito) é ressaltada desde o início do capítulo com um forte apelo à santidade (cf. n. 31-53). A questão do método não é nunca discutida explicitamente, como não é clara a questão conexa das relações entre evangelização, promoção humana e inculturação. Ou seja, indicações metodológicas podem ser encontradas esparsas, inclusive nos outros capítulos, mas falta uma reflexão sistemática ou específica sobre o tema. A nova evangelização é vista principalmente a partir de dois enfoques: o dos sujeitos (os evangelizadores) e o dos desafios. Quanto aos sujeitos, o DSD dedica uma seção às comunidades eclesiais (n. 54-64) e outra, aos diversos carismas e ministérios (65-120). Quanto aos desafios, eles são sete (cf. n. 121-156): o da missão "ad gentes", para além das fronteiras da América Latina; e seis desafios "internos": vivificar a fé dos batizados afastados; dialogar com as outras igrejas cristãs; dialogar com as outras religiões; dar uma resposta pastoral aos problemas das seitas fundamentalistas e (distintamente) dos novos movimentos religiosos; fazer apelo também aos indiferentes ou sem religião.

O capítulo sobre Promoção Humana (n. 157ss.), depois de uma introdução geral, discerne nove sinais dos tempos (direitos humanos, ecologia, terra, empobrecimento e solidariedade, trabalho, mobilidade humana, ordem democrática, nova ordem econômica, integração latino-americana) e conclui apontando a especial urgência da defesa da vida e da família.

O capítulo sobre Cultura Cristã não discute este conceito, mas analisa cinco aspectos: a dimensão ética dos valores culturais; as culturas tradicionais (indígenas, afro-americanas e mestiças); a nova cultura (a modernidade e a cidade); a ação educativa da Igreja; a comunicação social.

A terceira parte do DSD é a mais breve, mas também a que foi discutida e burilada com mais atenção. Aponta "linhas pastorais prioritárias". Na realidade, resume as linhas pastorais já assinaladas nos três capítulos da II parte. Com relação à nova evangelização, enfatiza a responsabilidade dos sujeitos: todos os cristãos, em comunidades vivas, são chamados a evangelizar; especial protagonismo corresponde aos leigos e aos jovens; mas a pastoral vocacional não deve ser esquecida. (Pequena curiosidade: o texto do n. 293 mostra que a ordem original era: todos — leigos — jovens — pastoral vocacional; no n. 302, que seria o esquema-resumo, foi feita — após Santo Domingo — uma correção, trazendo a pastoral vocacional para antes de leigos e jovens).

Ainda com relação à nova evangelização, como prioridades são indicadas a educação da fé e sua celebração (Catequese e Liturgia) e, entre os desafios, é mencionado apenas o da missão “para além de nossas próprias fronteiras”. Com relação à promoção humana, as prioridades são uma renovada opção pelos pobres e o serviço à vida e à família (cf. 302,3); não se esqueça, porém, a explicação do n. 296, que inclui na opção pelos pobres a promoção de uma nova ordem econômica, social e política. Com relação à cultura, fala-se em “evangelização inculturada”, apontando dois campos de ação e dois meios: as grandes cidades da América Latina e os povos indígenas e afro-americanos, mediante uma eficaz ação educativa e uma moderna comunicação.

3. Reflexões e perspectivas

Como elementos de uma incipiente avaliação do DSD, apresentamos aqui três pistas de reflexão que, oportunamente, procuraremos desenvolver (em parte o fizemos no encontro da SOTER, Ilhéus, 8 a 11 de dezembro de 1992, cujas atas serão proximamente publicadas).

1. Independentemente das dificuldades específicas da Conferência de Santo Domingo, e considerando as próximas Assembléias episcopais, nacionais ou continentais (o Papa propôs um Sínodo das Américas sobre a questão do desenvolvimento), é oportuno refletir sobre vantagens e desvantagens de assembléias que se querem exclusivamente episcopais. Antes de tudo, é preciso verificar se “assembléia episcopal” deve ser entendido no sentido restrito de uma assembléia em que os bispos, para trabalhar de forma mais autônoma ou livre, dispensariam qualquer ajuda e, ao limite, qualquer preparação, principalmente debates prévios abertos e críticos. Santo Domingo dispensou o documento preparatório, procurou evitar debates mais aprofundados, limitou ao máximo o número dos assessores.

É esta a melhor forma de os Bispos exercerem seu Magistério? Não são eles expressão de uma caminhada das Igrejas particulares em que o mesmo Espírito, que dá autoridade apostólica aos bispos, serve-se também de outros carismas para fazer crescer e avançar a Igreja?

Os resultados de Santo Domingo, ao menos no plano teológico, são — salvo melhor juízo — notavelmente fracos. Não é aqui a hora de apontar contradições. Mas não creio oportuno deixar de observar que os mais importantes documentos do Papa e da Santa Sé sobre a evangelização, como *Redemptoris missio* ou *Diálogo e anúncio* não foram devidamente considerados. Estes dois documentos recentes não somente não identificam a Igreja e o Reino (como tende a fazer do DSD), mas reconhecem a presença ativa do Reino também em outras tradições religiosas, não apenas na Igreja. Este reconhecimento dá uma base sólida ao diálogo inter-religioso e contribui para ressaltar a atuação da Palavra de Deus, não reduzida unicamente à Palavra e à Bíblia, o que é pelo menos surpreendente

num documento sobre evangelização. E isto indica, infelizmente, que estamos aquém — em certas páginas o DSD — do Vaticano II.

Se a teologia, a nosso ver, é fraca, a sensibilidade pastoral é grande e, como teremos ainda oportunidade de mostrar, o DSD poderá — apesar de uma teologia um tanto velha — contribuir para a nova evangelização, ressaltando desafios e problemas atuais, abrindo novos horizontes para o futuro.

2. Uma segunda questão que merece aprofundamento é a questão do método “ver-julgar-agir”. Apesar de sua ilustre tradição (desde a JOC e a AC especializada, passando pela *Mater et magistra* e Puebla) e da eficácia demonstrada em diversos contextos, tanto que continua gozando da maior estima não apenas entre os pastoralistas latino-americanos, mas também europeus, não penso que se deva idolatrá-lo ou fugir de uma discussão crítica. O temor de que o momento do “ver” e, principalmente, de análise da realidade fortemente ideologizadas predetermine o “julgar” e as conclusões pastorais não é infundado. Não é simples também a relação entre ciências sociais (que ajudariam a “ver”) e a teologia (que deveria fundar o “julgar”).

Mas, de outro lado, é improvável que baste uma simples inversão na ordem dos fatores, para que o produto mude! Não basta partir do “julgar” ou de uma abordagem teológica, para chegar a conclusões mais seguras. Se cada um dos momentos (ver, julgar, agir) não for discutido criticamente e se não forem explicitadas as relações entre os três momentos, corre-se o risco de engolir conclusões infundadas e indesejáveis. Possivelmente, é numa inter-relação ou numa “dialética” entre os três momentos que se deva procurar forma mais correta de entender as relações entre “ver”, “julgar” e “agir”.

A questão do método traz outra observação. Este método de reflexão pastoral, nascido a serviço da evangelização, foi aplicado inicialmente a realidades concretas e circunscritas (por ex., o ambiente de uma fábrica ou de uma escola, a situação de uma pequena comunidade). Pretender estendê-lo hoje à sociedade complexa ou a dimensões continentais é correr o perigo de considerações demasiadamente genéricas e, talvez, enganosas.

Estas observações poderiam levar à sugestão de que, diante dos temas novos e complexos que Santo Domingo apontou como desafios pastorais, poderá ser útil, no próximo futuro, promover encontros em que bispos, teólogos e especialistas das diversas áreas (economia, política, cultura, etc.) estudem juntos e dialoguem sobre uma realidade, que se torna de compreensão sempre mais difícil para os próprios cientistas sociais.

3. A grande riqueza do DSD está no levantamento de problemas, que ainda não tinham sido considerados com o mesmo empenho e o mesmo cuidado pastoral.

Esta atenção aos novos desafios é particularmente evidente nos capítulos sobre Promoção Humana e sobre Culturas. Talvez tenha contribuído a isto o próprio método de trabalho das Comissões, que começaram pensando em fazer um “ver”

uma análise, e depois foram informadas de que o trabalho feito devia incluir também uma fundamentação teológica e uma explicitação das respostas pastorais. Para perceber melhor essa característica do DSD, basta compará-lo com o Documento de Trabalho. Este tem três partes claramente caracterizadas: a primeira como análise da realidade; a segunda, como reflexão teológica global sobre evangelização, promoção humana e inculturação; a terceira, de linhas pastorais. O DSD tem também três partes, mas a primeira é uma breve introdução teológica e histórica; a segunda (que ocupa 85% do texto) contém três capítulos separados sobre nova evangelização, promoção humana e cultura cristã, e em cada um deles várias seções, geralmente divididas em três itens: fundamentação teológica; desafios pastorais; respostas pastorais. Finalmente, a terceira parte do DSD contém um resumo das linhas pastorais, que destaca as prioridades.

Pode-se constatar que a fundamentação teológica das diversas seções é breve e fragmentária, enquanto a análise dos desafios pastorais (embora abreviada pela Comissão de Redação) é relativamente rica e sugestiva. Quanto à novidade dos problemas levantados, pode-se fazer uma comparação com Puebla. No capítulo sobre Nova Evangelização, os novos desafios apontados (cf. n. 121-156) não eram totalmente desconhecidos por Puebla, mas não recebiam uma atenção particular. Agora tanto a missão "ad gentes" como os desafios "internos" recebem uma ênfase maior e são objeto de análises específicas (veja-se o que o DSD diz sobre os católicos afastados, o diálogo com as igrejas cristãs e as outras religiões, as seitas e novos movimentos religiosos, os indiferentes e ateus). No capítulo sobre Promoção Humana, é evidente o deslocamento de acento dos conflitos ideológicos e da "Doutrina da Segurança Nacional" para a questão da nova ordem econômica e da democracia, além do aprofundamento de temas como ecologia ou novas condições do trabalho, que Puebla tratava apenas por alusões. No capítulo sobre Cultura, não somente se retoma o tema da evangelização das culturas, já central no Documento de Puebla, mas se dá por necessária e tranqüila a "inculturação" do Evangelho e se tenta traçar as primeiras diretrizes desta inculturação no contexto indígena, afro-americano, mestiço e da cultura moderna, sobretudo urbana.

Os desafios são percebidos e explicitados. E isto já é muito para orientar a evangelização e/ou a ação pastoral. Mas as respostas estão claras? Parece que não. Por vários motivos: estamos diante de problemas novos, para os quais as soluções não são claras para ninguém, especialmente no campo econômico e social; temos problemas pastorais complexos, como o da inculturação, em que é preciso acumular experiência; temos sinais de que problemas cruciais da cultura contemporânea não foram sequer claramente mencionados (por exemplo: o tema do corpo e da sexualidade; também o capítulo sobre a mulher, n. 104-110, não é inteiramente satisfatório e na última hora recebeu mais alguns cortes, substituindo por exemplo o "revisar o papel da mulher na Igreja" por "aprofundar" ou deixando cair o apelo para, "ao ler as Escrituras, superar as interpretações anacrônicas e pouco dignificantes" (n. 108). Em geral, pode-se verificar que as "respostas" ou "linhas" pastorais são indicações apenas gerais e que problemas enormes e complexos, como o da modernidade ou da pastoral das grandes

idades, são simplificados ao extremo (cf., por exemplo, no n. 252, as 4-5 linhas sobre a pós-modernidade) ou só aparentemente resolvidos (como quando se pede, no n. 256, uma pastoral “urbanamente inculturada” — na verdade, os números seguintes procuram especificar em parte o que isto significa: reforma da paróquia, valorização dos leigos, multiplicação das pequenas comunidades...).

Se insistimos que o Documento de Santo Domingo apresenta mais interrogações do que respostas, não o fazemos como uma constatação negativa. Expor bem os problemas é o segredo para resolvê-los. Ter consciência da necessidade de pesquisar e experimentar é um estímulo extremamente importante para avançar. Muito pior seria se o DSD encorajasse a ilusão de que tudo está claro e resolvido. Ao contrário, estamos apenas no limiar de uma nova época. Não é hora de conclusões, mas de estudo, pesquisa, experimentação no plano pastoral, mantendo — como o querem o Papa e os Bispos — firmeza no plano doutrinal.

4. Terminando, quero prestar homenagem aos redatores desta Revista, recordando o Editorial perspicaz que publicamos no n. 58 (setembro/dezembro de 1990), pp. 283-288, em preparação à IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Escreviam: “Convém perguntar seriamente se a melhor maneira de ocupar o tempo dos membros da IV Conferência seja dar-lhes a tarefa de redigir e discutir um texto tão complexo e abrangente como o proposto (os *Elementos para uma reflexão* de 1990 — nota minha) ou outro semelhante. Não seria muito melhor que os bispos levassem a Santo Domingo suas preocupações, problemas, experiências, realizações e esperanças, discutindo-os com liberdade e criatividade, com audácia evangélica (*parrhesia*)? Talvez viessem a emergir então alguns questionamentos e problemas fundamentais em torno dos quais fosse oportuno dizer e comunicar algo às Igrejas do Continente, sem pretensão de elaborar documento tão amplo e geral que termina atropelando análises históricas e sociais, e sacrificando no altar de uma teologia monolítica a diversidade pastoral da Igreja da América Latina”.

Os desejos do Editorial não se realizaram, mas nem suas alternativas pessimistas. Os Bispos de Santo Domingo tentaram, com um vigoroso esforço de poucos dias, produzir um documento abrangente; mas o que dele será fecundo na ação pastoral da Igreja não será a teologia (aliás, mais fragmentária que monolítica), mas o levantamento dos desafios pastorais que a experiência e a sensibilidade dos Bispos percebeu e expressou.

Pe. Alberto Antoniazzi pertence ao presbitério da Arquidiocese de Belo Horizonte. É coordenador do Curso de Teologia do Seminário Arquidiocesano e secretário executivo do Projeto pastoral da mesma Arquidiocese. Colabora com o Instituto Nacional de Pastoral e, em Santo Domingo, assessorou a Presidência da CNBB.

Endereço: Caixa Postal 417 — 30161-970 Belo Horizonte-MG